

Cenas de um pensamento incômodo: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial

SEGATO, Rita. *Cenas de um pensamento incômodo gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2022, 256p.

Por Jaqueline de Melo Barros¹

Artigo recebido em abril de 2023

Artigo aprovado em maio de 2023

A obra de Rita Segato reúne uma coletânea de onze artigos desenvolvidos a partir do seu mergulho na perspectiva decolonial. Esta é fruto de ensaios produzidos ao longo de trinta anos, que à primeira vista parece ser um longo recorte temporal. Entretanto, os temas se entrelaçam e se convergem à medida que tem a desobediência como eixo central, a partir do momento que se propõe a iluminar temas considerados invisíveis à sociedade, e porque não dizer obscuros a ela.

O convite a leitura enceta-se pela capa, ao trazer uma das obras da exposição intitulada “As filhas de Eva”, de Rosana Paulino, tornando-a perspicaz aos elementos que consolidam as críticas contida nos textos que a seguem. Aliado a isso, o título traz consigo o incômodo qualificando o pensamento, e parafraseando Reynaldo Sietecase: “Rita, quando você pensa, incomoda”.

Noutras palavras, a autora de forma ousada, nos abrilhanta com reflexões que frequentemente são jogadas para “baixo” do tapete e logo em sua apresentação instiga um mergulho mais profundo e não convencional sobre patriarcado e sua intrínseca relação com moral, cultura e o próprio modo de produção capitalista.

Os artigos estão distribuídos em seis subtítulos que conversam entre si e num primeiro momento, sob o título “Patriarcado como violência originária” fundamenta o debate sobre violência de gênero, trazendo subsídios para desconstruir a normatização da violência imposta às mulheres, a partir de um arcabouço decolonial. Chama atenção para a funcionalidade do patriarcado e sua relação simbiótica junto ao capitalismo, e nos permite compreender o processo de instrumentalização das estratégias de violência, em que a opressão é justificada ainda na contemporaneidade.

A seguir, “O fracasso do punitivismo como meta” retrata - por meio de pesquisa realizada no Centro de Internamento e Reeducação de Brasília - a desutilidade do sistema carcerário, considerando-o a partir da pedagogia da irresponsabilidade, reproduzindo um ciclo de violência latente.

Ilustra “os dribles da responsabilidade” por meio do projeto desenvolvido no interior da Papuda - DF, e por meio de entrevistas, é possível desvelar o distanciamento do ato cometido pelos atores, considerando justificativas que negam sua autoria ou a transferem para outro sujeito, seja um “outro eu”, ou drogas, más companhias.

Encontramos na defesa do “outro eu”, a presença de um novo ser vinculado à questão religiosa atual, ou por vezes à própria politização do preso, transferindo para sociedade a responsabilidade por tê-lo cometido, ainda que estudos mostrem que a reincidência ocorra na mesma proporção.

Entretanto, para além de enumerar a inoperância das instituições privadas de liberdade, é possível elucidar propostas de intervenção e a desconstrução de um projeto de incubadora de violência, como a autora classifica, vigente nestes espaços, a começar pela implantação de uma pedagogia pacificadora, composto por um conjunto de ações permanentes.

Em “O que os museus não entendem” retoma duas produções apresentadas em 2019, e ainda que tenham tido públicos distintos, o olhar

decolonial nos permite elencar inúmeros questionamentos, trazendo a questão de gênero para o centro da discussão, e nos coloca em estado de alerta, a partir do momento que percebemos que a estrutura de poder está em toda parte e constantemente disseminada.

Os artigos não indicam respostas findadas, ou roteiros a serem seguidos, mais que isso, projeta-se a problematização do tema ao lançar um olhar desafiador sobre o estupro, questionando a cultura do privado e o desloca para o âmbito público, visto que é no particular que a mulher é subjugada, expropriada desde a colonização, o que traz à tona a colonialidade do poder.

Ao considerar “A chaga aberta da Palestina e o mal da ‘razão do Estado’ consumindo a inteligência judia” alude o silenciamento a partir do extermínio do povo palestino e registra que por mais avanços tecnológicos que tenhamos, que permitem a socialização das atrocidades em tempo real, esbarra-se na inaudibilidade dos infinitos gritos de socorro. Retoma as análises anteriores e descreve as guerras como um projeto colonial, o qual surpreendentemente entrelaça o patriarcado e o capitalismo e o quão arraigado eles permanecem subsidiados pela pedagogia da desigualdade.

Os artigos sobre antropologia e direitos humanos e seu paradoxo frente ao sagrado estão contidos no item “Antropologia, religião e ética”, nos evocando para refletirmos sobre a funcionalidade do Estado e a relevância de estarmos atentos para a armadilha dos binarismos: lei e moral, ou cultura e costume, e por isso o desafio de ultrapassá-los para apoiarmos nossas análises na ética e nos direitos humanos, tornando-se um excelente recurso para enfrentar esses dissensos. Em suas palavras a ética “é o que nos permite estranhar nosso próprio mundo, qualquer que seja, e revisar a moral que nos orienta e a lei que nos limita”. (p.150).

Ao relacionar antropologia e religião exemplifica por meio de cultos evangélicos e o culto xangô em Recife, não havendo a intenção de subjugá-las, ao contrário, cogita o entendimento do aspec-

to plural de suas vivências. Não se intenciona uma hierarquização, embora seja preciso lançar luz à existência de um padrão de colonialidade e em contrapartida sucumbir a diferença, e assim situá-la no centro desta discussão.

A obra encerra com a proposta de “Pensar o mundo a partir da América”, a partir de reflexões contidas em Conferências do Programa Cátedra Anibal Quijano. Os textos aclaram ao “giro decolonial” consagrado por Quijano, considerado pela autora a “perspectiva mais orgânica do que sistemática, no sentido que é viva, vital, pulsante, aberta, e está em constante movimento, por se desdobrar em uma proliferação incessantes de novos sentidos e revelações” (p. 210).

Mergulha no universo a partir de outra lente, permitindo desbravar novos olhares tendo a América como origem do mundo, explicitando a colonialidade do poder e do saber.

Resgata a urgência da politicidade feminina como um dos elementos estratégicos de enfrentamento ao patriarcado, além de inaugurar um paralelo entre os pensamentos de Ocalan e Quijano, desvendando as convergências presente na discussão sobre patriarcado e racismo.

Ao longo da obra, a autora, de forma majestosa, exprime elementos significativos que nos permite desatar os nós da história que nos foi contada e replicada, os quais são naturalizados. Mas, além disso, permite o protagonismo daqueles que a leem, pois não se propõe a algo finalizado ou engessado. A partir do diálogo com outros autores e de textos próprios publicados em outro momento, não se limita a findar o debate, ao contrário, aponta desafios, e apresenta sugestões e propostas, instigando a elaboração de novas proposituras.

Como dito inicialmente, é possível perceber a intrínseca relação entre os artigos, permitindo retomar a leitura ou avançar em sua obra, pois gênero, cárcere e cultura estão conectados sendo alicerçados pela pedagogia da desigualdade.

Ao considerar o patriarcado como viés condutor da violência, ela propõe uma nova politicidade, na qual se faz necessário refundar o

feminismo, e não cair nas garras do falso feminismo, pois somente mediante tal transformação é possível que mulheres sejam capazes de romper com o patriarcado enquanto um esquema de poder.

É possível visualizar a desresponsabilização dos crimes ou de sua tipificação, e ainda que o sistema penal esteja fadado ao desastre, existe uma conveniência moral para que ele permaneça desta forma.

Por mais que estejamos nos referindo a privação de liberdade, o universo carcerário não pode ser visto como um espaço deslocado da realidade, pois reproduz a lógica patriarcal mediante normas e costumes presentes na sociedade de uma forma geral.

O cárcere por sua vez não está imune a pedagogia patriarcal reforçada pelo próprio Estado, e por isso, faz-se necessário compreender a relação simbiótica entre patriarcado e capitalismo, cooptada pelo Estado enquanto estrutura de poder, o que retoma uma metodologia manipulatória.

A partir de um olhar reformista, a autora aborda o sistema penal sob a ótica da pedagogia da irresponsabilidade, visto que reproduz a lógica da violência. Destaca a complexidade do sistema carcerário e a partir das inúmeras constatações o define como um sistema fracassado. Por meio dos estudos realizados foi possível analisar os crimes cometidos, e a partir de um olhar antropológico, a autora constata que os crimes possuem uma assinatura. Desta forma, “todo crime também é um texto”.

Ao trazer distintas esferas, a autora retoma a denúncia do “mandato do estupro” dialogando com suas produções anteriores e expressa a complexidade dos elementos que confirmam que o estupro não ocorre de forma isolada, e sim, a partir de um universo corporativo, qualificando como “fraternidade” ou “irmandade” é cometido no coletivo.

Além disso, ao dessexualizar o ato, o concebe como um crime de poder e dessa forma é possível compreender tal violência como um ato político, pois do contrário é vinculado ao espaço doméstico, que reforça a culpabilização da vítima.

Os exemplos descritos elucidam a tese da desobediência feminina, o que estabelece a violência e a normatiza. Enriquece o debate com subsídios capazes de explicitar o equívoco ao utilizar o patriarcado como uma estrutura cultural, ao contrário é uma ordem política, moral e religiosa, e a partir do discurso adâmica associa-se a mulher ao erro, e por consequência justifica-se que seja punida, e a violência seja socialmente aceita.

A autora aborda o patriarcado sobre várias vertentes, enfatizando como ele é difundido a partir da colonialidade do poder e propõe reflexões que fomentam uma luta decolonial e nos alerta a inviabilidade de uma revolução sem extinção do patriarcado, e, por isso, é necessário ultrapassar ao que ela define como “pré-história patriarcal da humanidade”.

Nota

- 1 Assistente Social. Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social PUC-Rio. Orcid nº 0009-0001-2565-9157. E-mail: jaqmelo@yahoo.com.br